

## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

## ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

## **DECRETO LEGISLATIVO N° 503/1992**

Ementa

SUSPENDE, POR INCONSTITUCIONAL, O ART. 2°., INCISOS, PARÁGRAFOS E ALÍNEAS DA LEI 3.646/90, QUE COMPLEMENTA A LEI ORGÂNICA DE JUNDIAÍ, PARA REGULAR AS ATIVIDADES PENOSAS, INSALUBRES E PERIGOSAS DO SERVIDOR PÚBLICO.

Data da Norma Data de Publicação Veículo de Publicação

19/02/1992 18/12/2006 Imprensa Oficial do Município-

Matéria Legislativa

Projeto de Decreto Legislativo nº 544/1991 - Autoria: Mesa Diretora

Status de Vigência

**Em vigor** 

Observações

Retificação: IOM 17/03/1992.

**LEI ORGÂNICA - normas complementares** 

**SERVIDORES - geral** 

**Autor: MESA** 





(proc. 18.418)

São Paulo

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1992

Suspende, por inconstitucional, o art. 2º, incisos, parágrafos e alíneas da Lei 3.646/90, que complementa a Lei Organica de Jundiaí, para regular as atividades penosas, insalubres e perigosas do servidor público.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, conforme o Plenário aprovou em 18 de fevereiro de 1992, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º É suspensa, por inconstitucional, a execução do art. 2º, incisos, parágrafos e alíneas da Lei 3.646/90, que complementa a Lei Orgânica de Jundiaí, para regular as atividades penosas, insalubres e perigosas do servidor público, em vista do acordão de 2 de outubro de 1991 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 13.070-0/9.

Art. 2º Este decreto legislativo entrara em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ, em dezenove de fevereiro de míl novecentos e noventa e dois (19.02.1992).

ARIOVALDO ALVES

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Jundiai, em dezenove de fevereiro de mil novecentos e noventa e dois (19.02.1992).

> WILMA CAMILO MANFREDI Diretora Legislativa

กร